



Bororo na tela

Pesquisadores propõem que filme da Comissão Rondon, rodado em 1916, teria sido o primeiro documentário etnográfico

Christina Queiroz



Cenas de *Rituais e festas Bororo*: danças (à esq.), pesca (centro) e o corpo de uma mulher sendo molhado em cerimônia funerária

Uma equipe de antropólogos do Brasil e do Reino Unido reuniu elementos que permitem propor que *Rituais e festas Bororo*, filmado pelo major Luiz Thomaz Reis (1879-1940) em 1916, a pedido de Cândido Mariano da Silva Rondon – o marechal Rondon –, poderia ser o primeiro documentário etnográfico da história, antes mesmo da existência desse termo. Até então, *Nanook of the North*, produzido pelo cineasta norte-americano Robert Flaherty (1884-1951) em 1922, era visto dessa forma nessa tradição ligada a uma fronteira disciplinar entre a antropologia e o cinema.

Rituais e festas Bororo foi concluído e projetado pela primeira vez no Brasil em 1917, e teve algumas de suas cenas exibidas em um evento no Carnegie Hall, em Nova York, durante uma viagem de Reis aos Estados Unidos, em 1918. Nos anos 1990, antropólogos franceses chegaram a assistir ao documentário e, no Reino Unido, o trabalho era pouco conhecido. O filme só começou a ganhar status de peça pioneira da etnografia a partir de um processo que permitiu redimensionar sua importância e que teve início em meados dos anos 1990.

A antropóloga Patrícia Monte-Mór, professora no Departamento de Antropologia da Universidade do Estado do Rio

de Janeiro (Uerj) e curadora da Mostra Internacional do Filme Etnográfico, conta que esse processo teve como marco inicial o trabalho do antropólogo francês Pierre Jordan, quando em 1992 ele publicou o livro *Cinéma – Premier contact, premier regard*, em que mapeava os primeiros registros filmicos da história nos diversos continentes e utilizou uma imagem do filme de Reis na capa, passando a defender seu caráter inédito no universo do documentário etnográfico. Em 1993, *Rituais e festas Bororo* foi exibido na primeira Mostra Internacional do Filme Etnográfico, no Rio de Janeiro, e provocou o interesse dos antropólogos, documentaristas e pesquisadores de cinema. “Porém, esse filme ainda não circulava e pertencia ao acervo do Museu do Índio. No festival, o exibimos em uma cópia em VHS”, lembra a professora.

No final dos anos 1990 e início da década seguinte, o antropólogo Fernando de Tacca, hoje professor no Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas (IA-Unicamp), e a especialista em preservação e organização de acervos documentais Denise Portugal Lasmar, que foi responsável pelo setor audiovisual do Museu do Índio, analisaram a imagética da Comissão Rondon, chamando a atenção às inovações trazidas pelo documentário de Reis. O antropólogo e cineasta francês Marc Piault, da L'École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), publicou *Cinéma et anthropology* (Nathan, 2000), onde analisa o trabalho de Reis a partir de pesquisas realizadas no Brasil, valorizando o filme como o primeiro documentário etnográfico.

O antropólogo inglês Paul Henley, diretor do Granada Center for Visual Anthropology, da Universidade de Manchester, no Reino Unido, recebeu em 2014 uma bolsa de pesquisa concedida pela fundação privada Leverhulme Trust, sediada em Londres, para um projeto investigativo sobre os primeiros documentários etnográficos, especialmente do Brasil e da França. Especialista em questões etnográficas da Amazônia e com formação em cinema, Henley estudou a filmografia do major Thomaz Reis nos arquivos do Museu do Índio, da Cinemateca e do Museu Histórico Nacional. Aqui, trabalhou com a antropóloga Sylvania Caiuby Novaes, professora no Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) – que pesquisa os índios da etnia Bororo há mais de 30 anos e fez um estágio de pós-doutorado sob a supervisão de Henley em 1995 –, e com Edgar Teodoro da Cunha, antropólogo e professor no Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Araraquara. Cunha havia sido orientado por Sylvania em seu doutorado sobre os Bororo e arquivos visuais.



Luiz Thomaz Reis com a câmera Debrrie, de 35 milímetros, em 1932: militar é autor de vários documentários

Os três deram início a investigações na área de antropologia visual, em especial a filmografia realizada em torno da etnia Bororo, e assinam o artigo sobre o filme de Reis publicado este ano na revista *Visual Anthropology*.

O filme tem 30 minutos e é dividido em três partes, que mostram diversas atividades relacionadas ao ritual funerário

IRMÃOS LUMIÈRE

O militar Thomaz Reis criou a Seção de Cinematografia e Fotografia da Comissão Rondon em 1912. Em 1914 foi à França e comprou câmeras com os irmãos Auguste e Louis Lumière – os inventores do cinematógrafo. O marechal Rondon o incumbiu de filmar os cerca de 350 índios Bororo que viviam em uma aldeia às margens do rio São Lourenço, a 100 quilômetros de Cuiabá, em Mato Grosso. A Comissão Rondon foi uma agência do governo brasileiro criada em 1907 para estabelecer um sistema de comunicação telegráfica entre as maiores cidades do noroeste do país. Das expedições organizadas por Rondon, participavam botânicos, zoólogos e outros cientistas,

que realizavam estudos da fauna e da flora dos locais percorridos e também pesquisas etnográficas da cultura material de grupos indígenas, bem como medições antropométricas desses povos.

Rodado entre julho e outubro de 1916, o documentário mostra a cerimônia funerária de uma mulher. “Com ascendência Bororo, Rondon sabia que os índios estavam morrendo por causa de epidemias e tinha plena consciência da importância do ritual funerário na cultura da etnia. Já havia assistido e até participado de alguns”, con-



Reis, Cândido Rondon (centro) e índia da etnia Paresi, cerca de 1912

ta Sylvia. Com duração de 30 minutos, o filme é dividido em três partes, que mostram diversas atividades relacionadas ao ritual, entre elas uma expedição de pesca; a simulação da caça de um jaguar e danças que os índios realizam com vestimentas tradicionais. O filme culmina com uma sequência que mostra o corpo da mulher morta enrolado em uma esteira, sendo enterrado em seguida em uma sepultura rasa.

Em seus estudos sobre o filme, Fernando de Tacca analisou diários e documentos que mostram que Reis inverteu as cenas do ritual, para torná-lo mais palatável ao público. Os rituais funerários Bororo são longos. Logo após a morte, o corpo é colocado no centro da aldeia, em uma sepultura temporária. A cova é regada diariamente para acelerar a putrefação. Depois da decomposição, os ossos são limpos, ornamentados e colocados em um grande cesto funerário. Fica então cerca de uma semana na aldeia até ser levado a uma lagoa onde o cesto será submerso na água. Todo o processo pode durar de um a três

meses. É durante esse período que numerosos rituais são celebrados em honra ao morto. Reis não pôde filmar alguns aspectos do ritual e cortou algumas cenas, “reorganizando o material filmado”, diz Cunha. “A cerimônia funerária acontece até hoje da mesma maneira e é essencial para os Bororo, na medida em que também simboliza a recriação de sua sociedade”, detalha Sylvia, que já presenciou mais de 40 funerais.

Para a pesquisadora, o filme pode ser chamado de documentário etnográfico porque foi filmado no decorrer de 10 semanas, o que permitiu ao diretor ter um tempo de vivência da cultura dos Bororo para, mais tarde, conseguir retratá-la em seu filme, que também passou por processos de edição e montagem. “Um documentário etnográfico é um filme feito a partir de uma longa convivência entre cineastas e povos nativos e que procura captar o ponto de vista daqueles que são filmados. Hoje, esses trabalhos também envolvem a participação ativa das pessoas que estão sendo retratadas, seja no roteiro, na captação de imagens, som ou edição”, explica Sylvia. Segundo ela, o filme de Reis contém um eixo narrativo, diferentemente dos filmes de viagem da época – como aqueles feitos por Silvino Simões Santos Silva ou Edgar Roquette-Pinto – nos quais os diretores organizavam as imagens conforme o desenvolvimento de suas viagens e não se detinham em filmar eventos pontuais. “Em *Rituais e festas Bororo*, Reis não faz referências à viagem que deu origem ao filme, centrando a narrativa na cerimônia funerária”, compara a pesquisadora.

Outro aspecto importante que distingue esse filme de Reis dos filmes de viagem da época é sua abordagem documental aliada a uma forma narrativa já bem desenvolvida. “E, ainda, seu compromisso com uma descrição visual da cultura bororo visando um público mais amplo, o que permitiria sua filiação a uma tradição que depois veio a se chamar de filme etnográfico”, explica Cunha. Para Paul Henley, outra diferença é que os filmes de viagem feitos no mesmo período não tinham uma autonomia narrativa das imagens, necessitando muitas vezes da participação de uma pessoa que, no momento da projeção, ficava em frente a tela contextualizando as imagens que passavam como slides. “Já o de Reis faz um tratamento interno da narrativa, por meio da inclusão de legendas para explicar ou conectar situações”, esclarece o pesquisador britânico.

Henley explica que, no mundo anglófono, o termo “documentário” se consolidou no início dos anos de 1930 para se referir aos trabalhos de Robert Flaherty, em especial *Nanook of the North* e *Moana*, produzidos nos anos 1920. “Esses filmes envolvem a dramatização de acontecimentos, a invenção de situações e interferências constantes do diretor. Por causa disso, se feitos hoje, não se-

Homens (ao lado) e mulheres (à dir.) em rara ocasião em que os indígenas foram dirigidos em *Rituais e festas Bororo*



riam aceitos como documentários”, afirma. Com exceção de algumas cenas pontuais, em que os índios, por exemplo, são instruídos a se mostrar de perfil, a cinematografia do filme de Reis, em termos contemporâneos, é observacional: a câmera apenas acompanha as ações, sem interferência aparente do diretor.

Sylvia defende que Reis tinha consciência do potencial estético do seu filme. Exemplo disso é a cena de abertura, que filma um grupo de homens pescando em meio a arbustos ciliares, em vez de mostrá-los diretamente em primeiro plano. Para os pesquisadores, essa opção aumenta o interesse do espectador em saber o que os índios faziam naquela situação. Outra cena incomum aos documentários do período ocorre quando o diretor posiciona a câmera bem em frente a índios que dançam, permitindo ao espectador observar detalhes da decoração dos corpos e oferecendo uma visão íntima do que acontece naquele momento do ritual.

Segundo os pesquisadores, outros filmes da época, produzidos em contexto etnográfico, como os trabalhos pioneiros dos antropólogos britânicos Alfred Haddon e Baldwin Spencer e do austríaco Rudolf Pöch, são feitos a partir de tomadas únicas, não possuem eixos narrativos entre

Documentário deve ser pensado à luz da situação de conflito entre a Comissão Rondon e os missionários salesianos

as cenas e oferecem uma visão literal e cronológica dos fatos. “É impressionante como apenas 20 anos após a primeira exibição do cinema feita pelos irmãos Lumière em 1885, Reis tenha feito um filme com uma linguagem cinematográfica complexa”, observa Sylvia. Por sua vez, Patrícia Monte-Mór, da Uerj, lembra que Reis introduziu aspectos da vida da comunidade indígena no filme, fez panorâmicas da região, apresentou rituais que antecedem o rito funerário, além do funeral em si. “Filmes etnográficos anteriores registravam uma dança ou o índio produzindo cerâmica sem a menor pretensão narrativa”, reforça.

Eduardo Victorio Morettin, professor de história do audiovisual na Escola de Comunicações e Artes da USP, lembra que trabalhos como o de Reis tiveram um alcance restrito, enquanto os filmes de Flaherty circularam de forma mais ampla, atingindo grande público. “Dos filmes feitos no Brasil do final do século XIX até o começo dos anos 1930, menos de 10% sobreviveram”, afirma. Para Morettin, o status de *Rituais e festas Bororo* como primeiro documentário etnográfico deve ser colocado como uma possibilidade e não necessariamente como uma afirmativa. “Dada a pequena parcela de filmes brasileiros remanescentes, situar um obra ou outra como primeira sempre traz um risco porque não temos pleno conhecimento da produção que circulou no período.”

O documentarista Aurélio Michiles, que realizou um filme para resgatar a trajetória de Silvino Santos (1886-1970) – um dos pioneiros no universo dos documentários e autor do filme *No paiz das Amazonas*, de 1922 –, avalia que os trabalhos



de Flaherty, de fato, não podem ser tidos como etnográficos, na medida em que recriam a atmosfera de uma cultura, mais do que a registram por meio de uma postura observacional. “Por outro lado, hoje em dia podemos afirmar que todo e qualquer filme (ficção ou documentário), quando guardados numa cinemateca, se tornam fonte de referências antropológicas e etnográficas”, afirma. Ele defende que os filmes de Flaherty devem ser pensados como documentários, justamente por oferecerem ao espectador uma visão daquele universo cultural, mesmo considerando as intervenções do diretor na realidade que pretendia retratar. “Todo documentarista intervém na realidade. As pessoas filmadas nunca são as mesmas diante de uma câmera”, justifica. Michiles explica, ainda, que a filmografia de Reis foi preservada, em comparação aos trabalhos de outros cineastas como Silvino Santos, o que favorece a realização de pesquisas que resgatem a importância do seu percurso fílmico. Outros filmes realizados por Reis foram: *Os sertões de Matto-Grosso* (1912), *Ronuro, selvas do Xingu* (1924); *Viagem ao Roraima* (1927); *Parimã, fronteiras do Brasil* (1927); *Os Carajás* (1932); *Ao redor do Brasil – Aspectos do interior e das fronteiras brasileiras* (1932) e *Inspetoria de fronteiras* (1938).

DISPUTA COM SALESIANOS

Cunha explica que o filme, devido a sua singularidade fílmica e narrativa, deve ser pensado à luz da situação de conflito vivenciada pela Comissão Rondon e os missionários salesianos. “Jornais publicados no começo do século XX

contêm artigos de Rondon criticando os missionários. Havia uma disputa pela opinião pública em relação a que o Estado deveria fazer com os índios”, conta o pesquisador. Nesse contexto, ele lembra que o documentário de Reis exibe os Bororo com ênfase em sua cultura tradicional com o propósito de difundir imagens desses índios como não domesticados e puros em sua autenticidade selvagem. Esses elementos contrariavam os preceitos salesianos, que buscavam apagar as manifestações da cultura indígena, incorporando os nativos a um projeto de nação mestiça, trabalhadora e cristã.

Chiara Vangelista, historiadora da antropologia latino-americana da Università degli Studi di Genova, na Itália, e especialista em história Bororo, em especial na relação que os indígenas tiveram com a Comissão Rondon e os missionários salesianos, conta que tanto o projeto de Rondon como o da congregação tinham como finalidade proteger os índios e criar condições para que eles se tornassem cidadãos brasileiros. “No entanto, os projetos eram absolutamente contrapostos”, conta Chiara. A iniciativa de Rondon estava imersa no pensamento positivista, muito difundido entre os militares da época, que propunha a criação de uma livre federação de estados independentes divididos em duas categorias: os ocidentais, derivados da união dos elementos europeu, africano e americano; e os chamados americanos-brasileiros, constituídos pelas etnias tribais.

“Nos escritos de Rondon e dos principais protagonistas de seu projeto é constante a afirmação do dever de proteger, mas não de dirigir os grupos tribais”, compara Chiara. Já na visão dos padres salesianos, a aquisição da cidadania brasileira passava pelo abandono completo da cultura Bororo, pela sua “civilização” e conversão ao catolicismo (a que Rondon era contrário), e pela inserção no mundo dos brancos como trabalhador assalariado. “As relações entre Rondon e os salesianos mantiveram-se em um clima de ‘paz armada’ e as visitas dos militares às missões tinham um vago sabor de inspeção”, conclui. ■

Artigo científico

CAIUBY NOVAES, S., CUNHA, E. T., HENLEY, P. The first ethnographic documentary? Luiz Thomaz Reis, the Rondon Commission and the making of *Rituais e festas Borôro* (1917). *Visual Anthropology*. v. 30, n. 2, p. 1-43. 2017.

Livros

TACCA, Fernando de. *A imagética da Comissão Rondon*. São Paulo: Papyrus, 2001.

LASMAR, D. P. *O acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio: 1890-1938*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008.

Filme

Rituais e festas Bororo: www.youtube.com/watch?v=Ein6eKqMBtE